

ESPAÇOS DA MORTE E OS USOS DA MEMÓRIA**

Edson Arantes Junior¹

Gilson Soares Rosa²

“A morte não é sentida senão pelo discurso”

Montaigne³.

Resumo

O fato biológico da morte desorganiza a rede simbólica em que os indivíduos se inserem. Para afastar esse poder desestruturador, práticas e representações, mitos e ritos são necessários. Nesse artigo buscamos compreender como os túmulos são lugares de memória fundamentais para a construção das hierarquias sociais e para a distribuição dos poderes. Nós vamos pensar a função social dos túmulos. Tais elementos serão fundamentais para uma teoria da memória e sua relação com os sepultamentos. A sepultura é uma marca humana, que busca evidenciar a memória de alguém. A partir de exemplos históricos concatenaremos esses elementos, vinculando morte, memória e poder.

Palavras-chave: Morte. Sepulturas. Memória. Poder.

SPACES OF DEATH AND USES OF MEMORY

Abstract

The biological fact of death disorganizes the symbolical network in which individuals insert themselves. To ward off this destructuring power, practices and representations, myths and rites, are necessary. In this article, we seek to understand how tombs are places of memory, fundamental for the construction of social hierarchies and for distribution of powers. We are going to think about the social function of the tombs. Such elements will be fundamental to a theory of memory and its relation to burials. The grave is a human mark, which seeks to evidence the memory of someone. From historical examples we will concatenate these elements, linking death, memory and power.

Keywords: Death. Graves. Memory. Power.

O fato biológico da morte desorganiza a rede simbólica em que os indivíduos se inserem. Para afastar esse poder des-estruturador, práticas e representações, mitos e ritos, são necessários. Nesse artigo, buscamos

** Recebido em 30 agosto de 2018 – Aprovado em 18 de novembro de 2018.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor de História Antiga e Medieval do Campus Uruaçu da UEG. Colaborador no MINTER PUC-Goiás/FASEM em Ciências da Religião.

² Mestrando em Ciências da Religião (MINTER PUC-GO/FASEM). Professor efetivo de História do Brasil da Universidade Estadual de Goiás. Conduz pesquisa sobre a presença de elementos religiosos nos cemitérios.

³ Montaigne Ensaaios, Livro I, 14, (*apud* MESLIN, 2001, p. 182).

compreender como os túmulos são lugares de memória, fundamentais para a construção das hierarquias sociais e para a distribuição dos poderes. Nesse artigo, vamos pensar a função social dos túmulos. Tais elementos serão fundamentais para uma teoria da memória e sua relação com os sepultamentos. Nos importa aqui, saber quais valores e desejos são expressos nas sepulturas? Tais imagens são frutos do desejo do morto ou da família? O que muda historicamente nos locais destinados aos sepultamentos? Para responder essas perguntas iremos debater exemplos históricos

Nesse jogo cultural, partilhado e recriado, um dos elementos mais diferentes culturas e nos períodos mais distintos da História Humana. A sepultura pode ser discreta como nos cemitérios jardins contemporâneos ou ser um exemplo de grandeza e poder, por exemplo as pirâmides do antigo Egito ou o mausoléu de Augusto.

O túmulo tem uma função cultural vinculada à construção de memórias e às estratégias de pertencimento de um grupo. Trata-se de um traço visível que denota a materialidade de uma existência e exprime desejos de como a mesma deve ser lembrada. O túmulo mimetiza o processo de corrupção temporal. Como afirma François Hartog: “Morte é símbolo de alteridade e intervêm na grande partilha, sempre recomeçada entre o mesmo e o outro; ela é o operador da diferença, ou seja, ‘diz-me como morres que eu te direi quem és’”. (HARTOG, 1999, p. 161).

A sepultura solitária, ou em um conjunto fúnebre apresenta-se com as duas faces de Janus, olhando para o passado e para o futuro, ela expressa a bi-dimensionalidade da memória, como construção das identidades no presente, sobre o passado, ela orienta uma narrativa sobre a morte e o morto que ali jaz. Sua tessitura visa um futuro almejado, sonhado, partilhado. Organiza a vida social, dispõe as hierarquias e marca o lugar de cada um na sociedade.

Os locais destinados aos mortos documentam aspectos importantes da vida social trata-se de uma constante antropológica. Entretanto, com raras exceções, a historiografia se preocupou com o estudo da morte e dos elementos que a envolvem antes da década de 1960. Somente, com a terceira geração da Escola dos Annales, e sua ênfase nos estudos das mentalidades, que as atitudes diante da morte foram estudadas sistematicamente. Exceção às sociedades da

antiguidade, nas quais os diálogos com a cultura material por meio da arqueologia sempre foram fundamentais.

Por exemplo, no mundo romano os túmulos eram construídos fora do espaço sagrado das cidades, geralmente nas estradas. Cabia à família o cuidado com os mortos, em uma ação privada. A cidade é o espaço dos vivos, por isso era proibido enterrar os mortos no espaço urbano, e toda a área que estava situada além dos limites das muralhas podia ser destinado aos mortos. Geralmente se enterrava em lugares próximos as estradas, uma vez que os mortos não podiam ser esquecidos. Tinha-se o hábito de passar diante do túmulo e recitar a seguinte fórmula: *Siti tibi terra levis* (Que a terra lhe seja leve), a referência à única coisa que os vivos têm a possibilidade de deixar aos mortos, a memória de sua existência terrena, o que fornece uma ilusão da permanência social deste. Michel Meslin afirma que: “É o *status que o homem ocupa na cidade que dá valor a sua vida*” (MESLIN, 2001: p. 182), frase destinada aos romanos, mas que pode ser facilmente estendida a outros povos.

Consequentemente o lugar que o morto ocupará na memória coletiva, após sua morte, também está vinculado a este *status*. Coulanges (24) argumenta que no mundo greco-romano o culto aos mortos tinha caráter privado, somente com o cristianismo é que a igreja passa a controlar e organizar as práticas mortuárias e os sepultamentos. Com o processo de secularização do estado, o domínio dos cemitérios passa, paulatinamente, para o estado. Entretanto, em todos esses modelos o campo santo e a sepultura são locais de memória.

A memória é uma representação. Como afirma Carlo Ginzburg (2001: 85) “a representação faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca uma ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”. No fundo trata-se de um jogo de espelhos, mas que denuncia um pouco nossas querelas epistemológicas. No nosso caso, tal debate é muito importante para compreender o lugar que os cemitérios adquirem na sociedade contemporânea.

Na concepção de Fernando Catroga (1999) a memória agrega um conjunto de recordações e de imagens, que conotam valores e normas de comportamentos inventados a partir do presente e de acordo com a lógica do princípio da realidade, uma leitura atual do passado e não uma reconstituição

fiel. Toda memória é elaborada no momento da narrativa. O passado nos fornece rastros que estão espalhados no caminho.

A memória enquanto trabalho de re-presentificação, convoca um ausente antes existente. Não é uma mera imaginação, mesmo que essa lhe seja inerente, sua construção possui uma exigência referencial para recompor o já acontecido, para ligar o presente e o passado. Uma composição cheia de significados para o presente e de expectativas para o futuro, pois esta se vincula aos quadros sociais que a socializam.

A existência, na narrativa memorial, de uma “lógica em ação”, faz com que o ponto de partida e o ponto de chegada sejam constituídos pelo próprio evocador. Para os estudos cemiteriais essa constatação nos coloca diante de várias questões. Quais valores e desejos são expressos nas sepulturas? Tais imagens são frutos do desejo do morto ou da família? O que muda historicamente nos locais destinados aos sepultamentos? Essas e outras questões surgem no bojo dos estudos sobre memória coletiva.

As muitas narrativas ocidentais que se referem à morte e ao significado, sempre aproximam esse tema a temática da memória e do esquecimento que são partes complementares de uma mesma moeda. O exemplo clássico é o herói heleno Aquiles, que prefere morrer na juventude e ser lembrado, a ter uma vida longa e depois ser esquecido, prefere a bela morte (VERNANT, 1979). Um traço importante é que o esquecimento está imbricado com a memória, podemos inclusive destacar que esse é fundamental para as condições dos quadros sociais da memória.

A morte refere ontologicamente a não existência. Esse não ser só pode existir por meio dos investimentos simbólicos dos vivos, expressos por meio de lembranças, apresentadas das mais diferentes formas, seja por meio de narrativas sobre os feitos do morto, objetos, fotografias, monumentos funerários e outros. São essas lembranças que dão existência ao morto, fazendo dele uma referência aos vivos, e construindo aquilo que Pierre Nora chamou de lugares de memória (NORA, 1993). Nestas bases, segundo Catroga (1999, p 14) a necrópole ocidental se estruturou com uma textura de signos e de símbolos dissimuladores do sem sentido da morte e simuladores da somatização do cadáver, e que o cemitério tenha sido desenhado como uma espécie de campo

simbólico que se convida a *anámnesis*, a procura ativa da recordação, a filiação no seu próprio passado para a construção de uma identidade distintiva do outro. Trata-se, na modernidade, de um lugar de memória no sentido dado por Nora, uma vez que esse busca a substituição dos meios de memória.

O sentimento de identidade individual e coletiva é constituído por vários elementos construídos relacionamento (WOODWARD, 2005), um deles é a memória. A identidade é construída em referência aos outros, de acordo com os critérios de aceitabilidade e credibilidade que estes estabelecem. A existência de um passado comum e partilhado é a forma de pertença mais contundente que existe.

Os símbolos funerários expostos nos espaços de inumação acabam por assumir papel alegórico, representativo do corpo diante da recusa da finitude, do desejo da eternidade. Destas condições, segundo Catroga, a memória emerge como protesto compensatório, meio de perpetuação na *anámnesis* dos vivos, ela transforma por meios dos signos, o “nada” em algo ou em alguém.

O conjunto de signos e representações funerárias edifica memórias e dimensiona o ausente na memória coletiva, fazendo emergir o que se pretende recordar do escondido e recalçado, evoca a memória do sujeito e do grupo.

A necessidade burguesa da individualização e secularização, da afirmação da nação laica, retira a esperança da vida eterna da dimensão divina e a traz para o mundo de cá. A necessidade da superação da finitude, da negação da morte, se manifesta na reestruturação e ressignificação dos espaços de inumação e constituição dos novos cemitérios românticos oitocentista, marcados pela monumentalização e o desespero da negação, por um conjunto simbólico e cenográfico que possibilite o funcionamento da memória como mecanismo passível da imortalização.

Para Catroga (2009, p. 17) o cemitério romântico oitocentista, como centro privilegiado de “identificação e de filiação”, estabelece íntima semelhança com as cidades dos vivos e leva às últimas consequências a aspiração de uma vida individualizada e a afirmação do sujeito. Estes anseios encontram significância nos novos cemitérios, lugar onde todos poderiam vislumbrar a esperança da imortalização na memória coletiva.

Barbara Thompson (2014, p. 91) atenta que o cemitério é apresentado como um lugar de expressão sociocultural, onde se encontra e constrói a memória coletiva e parte dos fatos relevantes acontecidos nas cidades. Ali se constrói a memória de forma a permitir a lembrança do indivíduo e do grupo. Os símbolos tumulares constroem o discurso, a narrativa, os sentidos, a forma como o indivíduo será lembrado.

A memória construída em torno dos espaços e elementos da morte é carregada de sentido e ideias, de concepções políticas e ideais sociais. Os signos e rituais permitem a leitura do morto e também evidencia as transformações socioculturais. São reveladores por meio de suas disposições estéticas do inconsciente da sociedade, “de uma trama simbólica estruturada e organizada à volta de certos temas e mitos unificados” (CATROGA, 1999, p.19). Os espaços e elementos da morte não são neutros. A necessidade da constante narrativa para a memória e contra a *amnésia*, é pela necessidade de manter e transmitir viva a presença do que é passado. A narrativa é reconstrutora do quase submerso, e sua aceitação prolonga-se de forma ritual ao longo das gerações contra a corrupção dos tempos, trespassando reactualizações e transmissões.

Outro nexos importante com a memória é o estabelecido pelo monumento. Neste tocante os signos funerários possuem grande significação pois assume papel monumental, dado que somente o monumento assegura a imortalização no “mundo de cá”, assumindo o papel de memória. Afinal, para Catroga (1999, p.20), “tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação é um monumento”.

Os espaços da morte como espaços de memória se afirmam com o delinear do século XIX, com a monumentalização das edificações tumulares expressos na construção de jazigos, mausoléus e por todo o jogo dissimulador representado pelos símbolos tumulares. Monumentos que revelam toda uma ordem de saberes, de sentimentos e de intenções, até mesmo, cívico-educativas.

Os monumentos funerários, como expressão da modernidade, tinham que ser lugar de excessos, carregados de história e reveladores de algo característico de uma simbologia sacralizadora, circular, visitada como uma

espécie de santuário, mesmo se propondo como secular no contexto oitocentista.

A memória monumental cemiterial possui vínculos indissociáveis, em termos psicológicos, com a estrutura a qual está integrada, e só são ativadores da recordação neste horizonte. Estão imbricados um no outro. Não podemos atribuir sentido, sem a devida contextualização, em território artificial.

A composição da estrutura cemiterial e seu conjunto simbólico, no contexto do século XIX, é expressão do que o historiador contemporâneo Pierre Nora (1993) chamou de “lugares de memória”, lugares que guardam restos de outros tempos, a história que já foi vivida, mas, que permanece viva e promove ritual.

Os rituais para Nora é uma necessidade das sociedades em geral, e estes possuem o poder de definir os grupos por meio do sentimento do auto-reconhecimento e auto-diferenciamento. O ritual nestes lugares de memória, mantém vivo, pela ausência de uma memória espontânea, a necessidade de criar arquivos e fazer elogios fúnebres, isto porque, a memória não é um processo natural, não acontece sem esforço. Para Nora é preciso ocorrer uma “vontade de memória”, uma “intenção memorialística”.

A memória coletiva se destaca em relação às lutas das forças sociais em busca pela afirmação e emancipação, já que os esquecimentos e os silêncios podem ser reveladores de uma manipulação da memória coletiva. A memória pode ser seletiva e atender a conveniência de determinados grupos, por seus usos e silenciamentos (LE GOFF, 1990).

O campo simbólico cemiterial como expressão de uma memória coletiva, segundo Catroga (1999), foi motivo de disputa no contexto das lutas político-ideológicas que marcaram a sociedade portuguesa no século XIX. Disputa marcada pela defesa dos funerais civis, separação da igreja e estado, pela secularização das necrópoles e o aumento do cuidado com o “culto exterior” dos mortos. Sintomática de uma nova procura de distinção e da necessidade de afirmação da memória dos “grandes homens” promovida pela nova noção de família, a nação.

Os enterramentos dos grandes homens dos movimentos serviam de pretexto para o reforço do associativismo e funcionavam como uma espécie de

funerais nacionais de contra poder, ajudando a identificar, filiar, distinguir e integrar.

Finalmente, entendemos que os espaços da morte são, antes de tudo, espaços de memória, e devem ser compreendidos como lugares que evocam e fortalecem a identidade de um grupo. Tendo isso em vista, podemos compreender como os monumentos tumulares e seus signos, contribuem para a construção da memória social. O que permite estudar seus significados e sentidos, podemos entender como o morto é lembrado e quais valores sociais são enfatizados no ato da recordação e na busca da imortalidade simbólica, uma construção simbólica que foi construída e transformada no tempo.

REFERÊNCIAS

CATROGA, F. *Memoria, História e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

CATROGA, F. *O céu da memória: cemitério romântico e memória*. Coimbra: Minerva, 1999.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GEETZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

MESLIN, Michel. *L'Homme romain*. Bruxelles: Complexe, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a História e o esquecimento*. Campinas-SP, UNICAMP, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: Problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 37-58.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre lá memória y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003.

THOMPSON, Barbara. Memória e exaltação da vida no cemitério monumental. In. *Sociais e Humanas Santa Maria*, V.27. nº 03, set/dez 2014, pg 89 – 107. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/14883>.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. *Revista Tempo Brasileiro*. São Paulo, v. 95, p. 119-126, 1988.

VERNANT, Jean Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*. São Paulo, n. 9, p. 31-69, 1979.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005. p.07-72.